



**Vocação, identidade,
espiritualidade e missão**

Sumário

Apresentação	5
Orientações Gerais	7
1. O laicato na Igreja Povo de Deus	8
2. A vocação dos cristãos leigos e leigas	12
3. Cristãos leigos e leigas: Sujeitos Eclesiais	16
4. A missão dos cristãos leigos e leigas	20
5. A espiritualidade dos cristãos leigos e leigas	24
6. O que é o CNLB? Natureza, missão e objetivos	28
7. A organização do CNLB	32
8. CNLB: Espaço de formação dos cristãos leigos e leigas	37
9. CNLB: Espaço de articulação de pessoas e organizações ..	41
10. Anexo 1: História do CNLB	46
11. Anexo 2: Carta de Princípios	52
12. Anexo 3: Estratégias de como organizar o CNLB	54
13. Anexo 4: Perguntas Frequentes	57
14. Anexo 5: Organismos do Povo de Deus da Igreja do Brasil ..	60
15. Anexo 6: Organizações filiadas ao CNLB	61

CRÉDITOS

CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL – CNLB

Organismo do Povo de Deus da Igreja no Brasil
Brasil, 2023.

Presidência 2022-2025

Sônia Gomes de Oliveira – Presidente
Vanda Maria de Carvalho Lima – Vice-Presidente
Márcio José de Oliveira – Secretário-Geral
Patrícia Gil Cabral – Secretária Adjunta
Adriano Massariol Pacheco – Tesoureiro
Rejane Teixeira Gaia – Tesoureira Adjunta

Autores

Eder D'Artagnan Ferreira Guimarães
Márcio José de Oliveira
Comissão de Assessoria Permanente – CAP

Organização

Eder D'Artagnan Ferreira Guimarães
Márcio José de Oliveira

Revisão

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo
Marilza José Lopes Schuina

Ilustrações

Eder D'Artagnan Ferreira Guimarães

Diagramação

Mateus Leal

Contatos

secretaria.cnlb@gmail.com
www.cnlb.org.br



Objetivo do CNLB 2022-2025

EVANGELIZAR

pelo anúncio da Palavra de Deus,
para que os cristãos leigos e leigas,
em suas diferentes expressões e carismas,
se reconheçam como sujeitos eclesiais,
discípulos missionários de Jesus Cristo,
fiéis à evangélica opção pelos pobres
nas periferias geográficas e existenciais,
no caminho de uma Igreja sinodal
e no cuidado com a Casa Comum,
a serviço do Reino de Deus.



Sônia Gomes de Oliveira
Presidente do CNLB

Apresentação

Este subsídio nasceu para ajudar as dioceses a criarem seu Conselho de Leigos. Vemos com alegria a presença crescente dos cristãos leigos e leigas em muitos espaços da Igreja e da sociedade, e o coração se aquece ao perceber que o CNLB tem contribuído para que isso aconteça. Queremos ver mais cristãos leigos e leigas ocupando espaços, defendendo a vida, lutando pela transformação social, sendo Igreja viva no mundo, a partir de sua atuação nas comunidades, paróquias e dioceses do nosso Brasil.

Os encontros compõem um itinerário formativo para os cristãos leigos e leigas. Os primeiros encontros abordam a vocação, identidade, espiritualidade e missão do laicato na Igreja e no mundo. Os encontros seguintes falam do CNLB como organismo responsável pela organização, articulação e formação do laicato, em comunhão com os outros Organismos do Povo de Deus. Ao final, os anexos nos ajudam a conhecer a história do CNLB, sua

Carta de Princípios e as dicas para articular o Organismo na diocese.

Todo o material foi elaborado com muito carinho e cuidado pedagógico-pastoral. A intenção é fazer conexão entre as reflexões sobre o laicato e as realidades locais. Os textos são curtos, focam no tema principal e trazem perguntas para estimular a reflexão e a partilha. Ao final de cada encontro, sugerimos leituras de aprofundamento com os documentos 62 e 105 da CNBB, mais o Documento de Aparecida.

Toda esta reflexão nos coloca no caminho de sinodalidade da Igreja. O Papa Francisco destaca a sinodalidade como um retorno profético à Igreja de Jesus: humana, acolhedora, compassiva, missionária, testemunha de comunhão, dos pobres, para os pobres e com os pobres, cuidando da vida nas periferias geográficas e existenciais. Jesus continua chamando a cada um e cada uma de nós, hoje, a testemunhar a alegria do Evangelho nos lugares onde estamos. Então, deixemos o coração aberto para acolher esse chamado e ser a Igreja de Jesus, a Igreja de que esse nosso mundo precisa.

Que o Espírito de Deus ilumine nossos corações e nossos passos. E que a Mãe Aparecida, rosto preto do povo brasileiro, seja nossa companheira de caminhada na construção do Reino de Deus.

Um abraço fraterno.

Orientações gerais

Este subsídio foi estruturado como um caminho de reflexão para os cristãos leigos e leigas. Para que alcance este objetivo, sugerimos aos animadores e animadoras estes cuidados:



Definir as datas de cada encontro e comunicar aos participantes. É importante fazer um processo de reflexão, ao invés de discutir todos os temas de uma vez.



Ler todo o conteúdo antes de começar os encontros.



Criar um ambiente aconchegante, com imagens, flores, panos, velas, Bíblia, Documentos 62 e 105...



Preparar a oração inicial e o momento de encerramento.



Dividir as responsabilidades: preparação do ambiente, condução do encontro, mediação das partilhas.



O/a animador/a pode começar o encontro motivando comentários sobre os desenhos que abrem cada capítulo.



Cuidar para que todas as pessoas participem das reflexões, se sintam à vontade para expor o que pensam e sejam escutadas.



Estimular os participantes a ler os trechos dos documentos sugeridos ao final de cada encontro, em “Para saber mais”. Pode ser leitura individual, em casa, ou com outras pessoas, antes do próximo encontro.



Anotar ideias e sugestões dos participantes para ajudar na organização do Conselho e na caminhada dos cristãos leigos e leigas na diocese.



1

O laicato na Igreja Povo de Deus

Quem são os cristãos leigos e leigas? É comum chamar de “leigo” alguém que conhece pouco ou nada sobre um assunto qualquer. Durante a maior parte da história da Igreja, os fiéis eram chamados de leigos como o contrário do clero, pois se dizia que somente os padres e bispos realmente conheciam as coisas de Deus e da Igreja. Isso mudou com o Concílio Ecumênico Vaticano II, que aconteceu entre 1962 e 1965.

No Concílio, a Igreja se reconheceu como Povo de Deus, formado pelo *clero* – padres, diáconos e bispos; os religiosos e religiosas de *vida consagrada*; e o *laicato*, homens e mulheres que são Igreja na família, na própria comunidade eclesial, no trabalho, na economia, na política, em todos os espaços da sociedade. Laicato, vida religiosa consagrada e clero, todos trazem em si a mesma dignidade cristã dada pelo batismo, que os torna membros da comunidade eclesial, Corpo de Cristo.

Os documentos conciliares trazem uma visão positiva sobre o laicato. Segundo a *Lumen Gentium* (n. 31), o laicato é “o conjunto dos fiéis, com exceção daqueles que receberam uma ordem sacra ou abraçaram o estado religioso aprovado pela Igreja, isto é, os fiéis que – por haverem sido incorporados em Cristo pelo batismo e constituídos em Povo de Deus, e por participarem a seu modo do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo – realizam na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo cristão”.

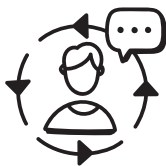
O Concílio assume outra concepção de eclesiologia: a Igreja povo de Deus, formada pelos cristãos leigos, pela vida religiosa consagrada e pelos ministros ordenados. O clero se ocupa, prioritariamente, dos ministérios sagrados, os religiosos se consagram a Deus para a missão cristã e aos cristãos leigos compete, “por vocação própria, buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG, n. 31).

Assim, cristãos ordenados, cristãos religiosos e religiosas consagrados e cristãos leigos e leigas têm características comuns, que os igualam na comunhão eclesial: a vocação cristã como chamado de Deus, a missão de evangelizar, a pertença à Igreja e a dignidade de cidadãos do Reino, filhos e filhas de Deus Pai/Mãe. E têm, também, características específicas, que confirmam a complementaridade das vocações e ministérios: são diferentes a opção de vida, os ministérios ordenados ou não, a forma de viver em comunidade e os espaços que cada um ocupa na missão evangelizadora.

O Papa Francisco tem insistido em recuperarmos esse rosto conciliar da Igreja Povo de Deus: menos hierárquica e mais sinodal, menos clerical e mais servidora, menos autorreferencial e mais missionária, menos autoritária e mais participativa, menos fechada em si mesma e mais acolhedora a todas as pessoas.

Francisco sinaliza um novo ecossistema eclesial: uma Igreja comunhão, aberta, a serviço dos pobres, sinal do Reino, em saída para as periferias, disponível e servidora, comprometida no cuidado com a vida humana e da Criação. Uma Igreja que busca viver a sinodalidade. Uma Igreja sensível aos sinais dos tempos e aos apelos das pessoas, das realidades sociais, do planeta. Uma Igreja que se constrói na missão, na participação e no testemunho de comunhão entre o clero, a vida religiosa consagrada e o laicato.

As diferentes vocações e ministérios são complementares e necessárias na vida da Igreja: “A missão evangelizadora da Igreja é realizada por todo o povo de Deus, com sua variedade de vocações e ministérios [...] que se harmonizam, sem confundir-se, na realização da tarefa comum” (CNBB, Doc. 62, n. 62). Toda vocação é um chamado de Deus, demanda uma resposta e convida ao seguimento de Jesus. A Igreja, que somos todos nós, é chamada a semear o Reino de Deus nas realidades do mundo.



PARA REFLETIR:

- 1 O que mais chamou nossa atenção no texto?
- 2 O Papa Francisco nos chama a uma conversão eclesial, para que a Igreja seja menos hierárquica e mais servidora e missionária. Quais são os desafios para que essa conversão aconteça?
- 3 Que passos temos dado para contribuir com o caminho de sinodalidade da Igreja?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.

Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 2007. (Ler números 63 a 78)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.

Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 91 a 107)

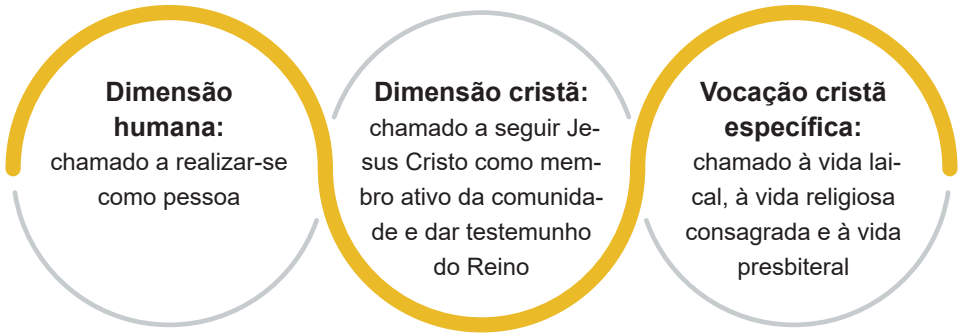


2

A vocação dos cristãos leigos e leigas



A palavra “vocação” vem do latim *vocare*, que significa “chamado”. Muita gente na Igreja pensa que somente os padres, religiosos e religiosas têm vocação, mas isso não é verdade. Segundo a Conferência de Puebla (1979), o chamado vocacional inclui três dimensões:



Ou seja, Deus também chama pessoas para serem discípulos missionários de Jesus vivendo como cristãos leigos e leigas. A consciência desse chamado é o primeiro passo da identidade laical. O Evangelho de Lucas (24,13-34) nos ajuda a entender como isso acontece.

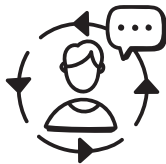
Os discípulos de Emaús, naquele domingo da Páscoa, voltam para casa tristes e desanimados por causa da morte de Jesus. Eles ainda não sabiam da ressurreição e, quando Jesus se aproxima, não O reconhecem. Jesus caminha com eles, pergunta, escuta suas angústias, dialoga, explica a Palavra de Deus para animá-los. Quando chegam a Emaús, já no final da tarde, o casal convida Jesus para entrar em casa. Ele entra e, quando abençoa e parte o pão, os dois O reconhecem. Aí Jesus desaparece, e os discípulos se dão conta de que o coração ardia em chamas quando caminhavam com o Mestre. Com o coração cheio de alegria e de ardor missionário, eles voltam para encontrar os outros discípulos em Jerusalém.

Essa passagem do Evangelho nos mostra que Jesus chama cada pessoa, em sua vida concreta, e espera uma resposta. Assim como outros homens e mulheres depois deles, o casal de Emaús conhecia os ensinamentos de Jesus e o que ele fazia, mas entendem o chamado vocacional somente quando a Boa Notícia da ressurreição lhes queima o coração. Aí os dois já não conseguem guardar para si mesmos a alegria de encontrar o Ressuscitado. Assim nos diz o Papa Francisco: “A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento! Com Jesus Cristo, a alegria renasce sem cessar.” (*Evangelii Gaudium*, n. 1).

A experiência de encontrar Jesus muda a vida das pessoas. É importante lembrar que esse encontro e o chamado a seguir Jesus não são uma coisa mágica, distante, que aconteceu somente com o povo da Bíblia. Jesus continua nos chamando hoje, no lugar onde estamos, no chão em que pisamos, na comunidade da qual fazemos parte. A questão é que nem sempre temos consciência desse chamado feito aos homens e mulheres leigos, porque estamos mais acostumados a falar da vocação religiosa.

Também os ministros ordenados e os religiosos de vida consagrada são chamados a ser discípulos missionários de Jesus. A diferença é que estes vivem seu discipulado cristão na comunidade religiosa, na estrutura eclesial, numa congregação e em ministérios ordenados. Os cristãos leigos e leigas são Igreja na família, na própria comunidade eclesial, no mundo do trabalho, na educação, nas pastorais e movimentos, na atuação política e em todos os espaços da sociedade.

Mas tudo começa com a consciência do chamado vocacional. Ao dar uma resposta positiva, assumimos nossa condição de sujeitos eclesiais leigos e leigas e podemos “testemunhar amor à Igreja, servir os irmãos e irmãs, permanecer no seguimento de Jesus, na escuta obediente à inspiração do Espírito Santo e ter coragem, criatividade e ousadia para dar testemunho de Cristo” (Doc. 105, n. 119).



PARA REFLETIR:

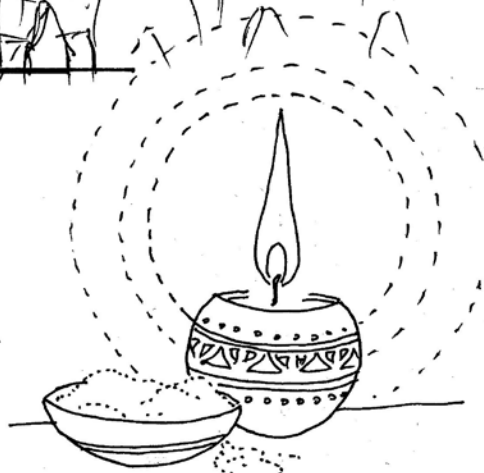
- 1 Que pontos queremos destacar no texto?
- 2 Quais são as características específicas da vocação dos cristãos leigos e leigas?
- 3 Como podemos ajudar os cristãos leigos e leigas a descobrir sua vocação?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.
Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 2007. (Ler números 94 a 110)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.
Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 108 a 118)

Cristãos leigos e leigas: Sujeitos eclesiais



Ao assumir sua vocação e o discipulado missionário, os cristãos leigos e leigas se tornam também sujeitos eclesiais. O que isso significa? Que são tão responsáveis pela missão da Igreja quanto padres, bispos, diáconos, religiosos e religiosas de vida consagrada. Que não *fazem parte* da Igreja, mas *são* Igreja, com *múnus* sacerdotal, profético e régio. “*Múnus*” é uma palavra latina que significa “missão, função”. Vale a pena refletirmos sobre cada um desses termos.

Pelo Batismo, os cristãos recebem o Espírito Santo, são acolhidos como membros da comunidade eclesial e participam do sacerdócio de Cristo. Este é o **múnus sacerdotal**: Jesus consagra sua vida para a salvação da humanidade e os cristãos leigos e leigas, seguindo seu exemplo, vivem a fraternidade, a irmandade e a dignidade dos filhos e filhas de Deus (Doc. 62, n. 73-74).

São também chamados a ser **profetas e profetisas**: anunciar a Boa Notícia de Jesus, denunciar tudo o que ameaça a vida humana e do planeta, consolar os aflitos, apontar caminhos de conversão pessoal e institucional, alimentar a esperança no Deus da Vida que caminha junto dos pobres e oprimidos (Doc. 62, n. 72).

E são cidadãos do Reino de Deus, povo da aliança, membros da Igreja e da sociedade humana, que luta para ser semente de transformação nas realidades de hoje. Ungidos para continuar a missão de Jesus, são um **povo régio**, porque Cristo, além de sacerdote e profeta-Mestre, também é rei-pastor (Doc. 62, n. 75-76).

Sem o laicato, especialmente as mulheres leigas, o que seria da Igreja? Os cristãos leigos e leigas são a imensa maioria dos fiéis. Entretanto, em muitas paróquias e dioceses predomina uma visão eclesial tradicional e hierarquizada, como se a Igreja fosse somente o clero e os demais fiéis não tivessem nenhuma importância. Por isso, vale a pena refletirmos sobre a autonomia e a corresponsabilidade do laicato na vida da Igreja.

O contrário de autonomia é heteronomia = dependência, submissão, subordinação. A autonomia e a liberdade são fundamentais para que

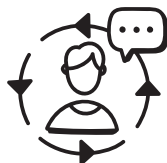
o cristão leigo seja sujeito e assuma sua corresponsabilidade pela missão da Igreja Povo de Deus. Não existe comunhão sem reconhecimento e valorização dos cristãos leigos e leigas. Como diz o Documento 105 (n. 127): “O processo de autonomia de ação e organização do laicato se realiza no interior da comunidade eclesial e, portanto, na comunhão com os demais membros e seus pastores”.

A autonomia e o sentido de corresponsabilidade motivam o laicato a assumir seu protagonismo na Igreja e no mundo. Sendo reconhecidos como sujeitos eclesiais, os cristãos leigos e leigas deixam de ser apenas receptores da ação evangelizadora e tornam-se também agentes da evangelização. Engajados nas pastorais, movimentos, ministérios e grupos eclesiais diversos, evangelizam pessoas, ambientes e culturas, testemunham a comunhão na Igreja e tornam-se sal da terra e luz do mundo (Mt 5,12) nas realidades temporais.



A comunhão entre os sujeitos eclesiais acontece quando os cristãos leigos e leigas:

- ✔ assumem a liberdade de ser cristãos atuantes nas realidades onde estão inseridos;
- ✔ reconhecem sua autonomia para decidir em quais lugares e espaços testemunham Jesus Cristo e constroem a Civilização do Amor;
- ✔ constroem relações fraternas e humanizadoras com as pessoas, a Igreja, a sociedade, o planeta e com Deus;
- ✔ são protagonistas na construção de uma sociedade ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente diversa;
- ✔ contribuem para que a Igreja caminhe na sinodalidade e seja cada vez mais participativa, missionária, servidora, sinal do Reino de Deus.



PARA REFLETIR:

- 1 Que pontos mais chamaram nossa atenção no texto?
- 2 Na sua realidade paroquial/diocesana, os cristãos leigos e leigas se reconhecem e são reconhecidos como sujeitos eclesiais? Dê exemplos!
- 3 Como contribuir para a autonomia, corresponsabilidade e protagonismo laical na Igreja e no mundo?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 119 a 135)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007. (Ler números 209 a 215)

A missão dos cristãos leigos e leigas



A missão laical nasce da missão cristã. No Evangelho de Lucas, Jesus anuncia sua missão fazendo referência ao profeta Isaías: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.” (Lc 4,18-19). Depois, Jesus envia seus discípulos e discípulas em missão para fazerem a mesma coisa.

Nós, cristãos leigos e leigas, como entendemos esse envio hoje?

Enquanto o lugar primeiro do clero é o ambiente institucional e os religiosos se consagram para a missão específica do seu carisma, “a realidade temporal é o campo próprio da ação evangelizadora e transformadora que compete aos leigos” (Doc. 105, n. 63). Essa atuação eclesial dentro da Igreja e para além dos seus “muros” caracteriza e identifica o discipulado missionário do laicato. Como afirma o Pe. Agenor Brighenti, só há *discípulo* na relação com um *Mestre* que o envia para uma *missão*; essa missão acontece na *Igreja*, presente no *mundo* para ser sinal do *Reino de Deus*.

A Conferência de Aparecida (n. 174) entende que “o campo específico da atividade evangelizadora leiga é o complexo mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, dos meios de comunicação e da economia, assim como as esferas da família, da educação, da vida profissional, sobretudo nos contextos onde a Igreja se faz presente somente por meio deles”. A mesma concepção aparece na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (n. 70), do Papa Paulo VI, e no Documento 105 da CNBB (n. 6).

Assim, os cristãos leigos e leigas são a Igreja presente nos espaços para além dela – uma Igreja em saída rumo às periferias, como insiste o Papa Francisco. O Documento 105 (n. 250 a 275) destaca os areópagos modernos que demandam a presença profética e transformadora do laicato: a família, a política, as políticas públicas, o mundo

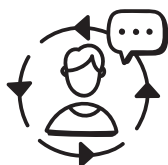
do trabalho, cultura e educação, as comunicações, o cuidado com a Casa Comum e outros, conforme as realidades locais.

O laicato tem rostos diversos: mulheres, homens; crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos; casais, solteiros, viúvos; negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, LGBTQIA+; trabalhadores, trabalhadoras, aposentados, desempregados. Assumem ministérios e serviços variados nas dioceses, paróquias, comunidades, pastorais, movimentos e redes. São lideranças em grupos, associações, sindicatos, movimentos sociais, coletivos, ONGs, partidos políticos, conselhos, órgãos públicos e espaços educativos “como homens e mulheres no coração do mundo” (Doc. 105, n. 51-62).



Para aperfeiçoar a ordem temporal, buscando construir aqui a Civilização do Amor, os cristãos leigos e leigas:

- ✔ se engajam em lutas diversas a favor da vida;
- ✔ representam a comunidade eclesial nas organizações sociais;
- ✔ atuam individual e coletivamente em prol da cidadania, dos Direitos Humanos, da democracia e da transformação social;
- ✔ defendem a ecologia integral e a sustentabilidade socioambiental como parte de sua missão cristã;
- ✔ somam forças com organizações parceiras na luta por causas comuns.



PARA REFLETIR:

- 1 Que pontos destacamos, neste texto?
- 2 Em quais espaços eclesiais e sociais você vive sua missão de cristão leigo ou leiga?
- 3 Quais apelos e desafios a realidade apresenta aos discípulos e discípulas de Jesus?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14).* Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 51 a 62 e 250 a 273)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.* Brasília, São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007. (Ler números 347 a 546)



A espiritualidade dos cristãos leigos e leigas



Espiritualidade é uma palavra com sentidos diferentes, conforme as concepções das pessoas. Para Dom Pedro Casaldáliga, é uma palavra infeliz, desmoralizada, porque foi muito usada como uma esfera distante da vida, do dia a dia, um espiritualismo desencarnado e sem compromisso com as realidades do mundo. Nessa ideia de que o “espírito” se opõe à matéria, ao corpo, a fé se desliga das outras dimensões da vida. Daí a importância de ir às fontes bíblicas para conhecer a espiritualidade de Jesus.

Jesus mostra sua relação com o Pai em tudo o que ensina e faz. Sua espiritualidade se alimenta da realidade, da convivência com as pessoas, da busca da vida plena. Seguindo a tradição dos profetas, Jesus revela a face de Deus Pai/Mãe para o povo, quando anuncia a Boa Notícia aos pobres, cura os doentes, alimenta os famintos, perdoa os pecados, expulsa o mal, acolhe mulheres, valoriza as crianças, convive com pecadores e estrangeiros, ensina às multidões. Também denuncia os abusos do poder político e religioso, os privilégios da elite, a exploração dos pobres, a exclusão dos diferentes, mostrando que as autoridades devem estar a serviço do bem comum.

Jesus faz tudo isso movido pelo Espírito de Deus. Sua vida de oração o conecta com o Pai e com as pessoas e situações que ele encontra, em suas andanças pela Palestina. Em vários momentos, Jesus se retira para rezar sozinho, escutar o que o Pai quer que ele faça em cada situação. Ele ensina os discípulos e discípulas a viverem a fé e a rezarem do mesmo jeito, com ouvido atento à vontade de Deus. Assim entendemos que a espiritualidade é o que nos move, inspira, sensibiliza, motiva a agir.

A partir daí, podemos apontar algumas características da espiritualidade dos cristãos leigos e leigas. Não se trata de enquadrar a vivência da fé, mas apontar dimensões a cultivar em nosso discipulado missionário.

É ser, primeiramente, uma **espiritualidade do seguimento de Jesus**. Vivendo a alegria do Evangelho, buscamos, como diz aquela cantiga do Pe. Zezinho, “amar como Jesus amou, sentir o que Jesus sentiu, viver como Jesus viveu...” Daí emanam as outras características:

Trinitária: confiantes em Deus Pai/Mãe, que nos criou, nos ama e nos chama a contribuir na construção do Reino, continuamos a missão de Jesus Cristo e buscamos estar abertos às inspirações do Espírito.

Bíblica: fazendo memória da caminhada do Povo de Deus, buscamos na leitura popular da Bíblia a chave para compreender e transformar a realidade hoje.

Profética e libertadora: sensíveis à realidade dos homens e mulheres de hoje, nos engajamos na luta pela vida e pela transformação social, na utopia de construir a Civilização do Amor.

Apostólica: encontramos o rosto de Jesus nos pobres, excluídos, doentes, famintos, marginalizados, pois fomos enviados para ser o rosto da Igreja nas periferias do mundo.

Encarnada: alimentamos nossa fé na vida do povo, com suas dores e alegrias, angústias e esperanças, tropeços e desafios.

Cotidiana: alimentamos a fé na liturgia, na oração pessoal, na vida comunitária, no serviço aos pobres, nos acontecimentos do dia a dia.

Latino-americana: incorporamos na liturgia e na oração elementos de outras culturas e tradições, especialmente dos povos indígenas e afro-americanos e da religiosidade popular.

Ecológica: buscamos retomar a conexão com a nossa irmã, a mãe terra, como fazem as comunidades tradicionais, e cuidar da criação e da vida do planeta (*Laudato Si'*, n. 1).

Maria revela bem essas características da espiritualidade laical e nos inspira a viver do mesmo jeito. A **primeira discípula de Jesus** vive uma **espiritualidade do coração**, onde guarda todas as coisas e reflete sobre elas (Lc 2,19). Ela é **peregrina na fé**: acolhe a vontade de Deus mesmo sem entender direito o que Ele quer (Lc 1,38). É **missionária**: sai do seu lugar

para estar a serviço de quem precisa, como Isabel (Lc 1,39-45). É **servidora**: está atenta às necessidades dos outros e age para ajudá-los (Jo 2). É **profética**: alimenta a esperança no Deus que liberta o seu povo (Lc 1,47-55). É **fiel e perseverante**: acompanha Jesus na vida e na morte aos pés da cruz (Jo 19,25-27). É **presença viva na comunidade**: está junto dos apóstolos e das mulheres nas orações e no partir do pão (At 1,14).

A espiritualidade é como a seiva que deixa a árvore verde, saudável, dando frutos. Se falta, a árvore seca e morre. Assim, o cultivo da fé marca nosso jeito de viver, estar no mundo, conviver com os outros, fazer escolhas, agir, deixar que as realidades externas penetrem em nosso interior. A espiritualidade nos ajuda a caminhar na fé, alimenta nossa esperança e nos fortalece para sermos a Igreja de Jesus: acolhedora, samaritana, servidora, pobre com os pobres e para os pobres, sal da terra e luz do mundo.



PARA REFLETIR:

- ① A partir do texto, o que queremos comentar sobre a espiritualidade?
- ② Quais os riscos de uma espiritualidade desencarnada e sem compromisso com as realidades do mundo?
- ③ Quais práticas alimentam nossa vida de fé e nossa missão laical?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas.* Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 1999 (2007). (Ler números 176 a 185)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14).* Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 184 a 200)



6

O que é o CNLB? Natureza, missão e objetivos

O Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB é uma associação de direito público eclesial que reúne, articula e representa os cristãos leigos e leigas católicos em nosso país. O Conselho reúne pessoas que se organizam em comunidades, pastorais, movimentos eclesiais, associações e serviços, e também aqueles e aquelas que não se integram formalmente nessas expressões eclesiais, mas que, por força de sua vocação própria, são chamados a constituir-se como Organismo de Comunhão da Igreja no Brasil.

Quando afirmamos que o CNLB é um Organismo de Comunhão, queremos dizer que sua natureza extrapola os limites convencionais das estruturas organizativas da Igreja. O CNLB não é uma pastoral ou movimento, não se enquadra na concepção reduzida e rotineira do termo “conselho”, nem se restringe a uma estrutura burocrática ou prescindível. O Conselho representa legitimamente a maior parcela do Povo de Deus, que são os cristãos leigos e leigas, pela diversidade de expressões laicais que agrega e pela capilaridade de sua organização.

O CNLB não esgota a representação do laicato, porque há organizações laicais que não estão integradas ao Organismo. Mas é espaço privilegiado de partilha, formação e articulação do laicato no cumprimento de sua missão específica na Igreja e no mundo.

No âmbito eclesial institucional, o CNLB é um dos 6 Organismos de Comunhão da Igreja no Brasil, juntamente com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB, Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB, Comissão Nacional de Presbíteros – CNP e Comissão Nacional dos Diáconos – CND. Estes, também chamados “Organismos do Povo de Deus”, se relacionam de maneira recíproca e fraterna, sem subordinação, no diálogo entre iguais (Cf. CNBB 105, n. 274 C).

A consciência dessa identidade eclesiológica nos ajuda a compreender a comunhão entre os sujeitos eclesiais: cristãos leigos e leigas, ministros ordenados e religiosos e religiosas de vida consagrada “se harmonizam, sem confundir-se, na realização da tarefa comum” (CNBB 62, n. 62). É nesse sentido de comunhão que a Igreja do Brasil pode responder aos desafios pastorais desses novos tempos e firmar seus pés num caminho de sinodalidade.

Conforme a constituição e Estatuto do CNLB, são seus objetivos:

- 01 >> Ser instância de representatividade do laicato do Brasil na Igreja e na sociedade, representando-o junto aos demais Organismos da Igreja Católica, de outras igrejas ou tradições religiosas e da sociedade civil, em nível nacional e internacional;
- 02 >> Articular e organizar o laicato, buscando o diálogo e a comunhão com os pastores e ministros da Igreja;
- 03 >> Ser espaço de articulação, diálogo, formação e informação do laicato presente nos diversos setores e segmentos da sociedade, a fim de garantir uma atuação mais qualificada nos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais;
- 04 >> Suscitar, desenvolver e aprofundar no laicato a consciência crítica e criativa de sua identidade, vocação e missão, a fim de que seja presença atuante nos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais do país;
- 05 >> Promover iniciativas voltadas à formação do laicato para o cumprimento de sua missão no mundo, iluminado pela ética cristã, no respeito à diversidade de dons, carismas e ministérios, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, com ênfase na dignificação da pessoa, na intransigente defesa da vida e da família;
- 06 >> Estimular e promover o protagonismo do laicato e sua participação nos processos de planejamento, decisão, execução e avaliação da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, fortalecendo a consciência de Igreja Povo de Deus;
- 07 >> Fomentar o diálogo, a comunicação e a integração com os outros Organismos da Igreja no Brasil, na busca da comunhão e da unidade na diversidade;
- 08 >> Ser instância de diálogo, intercâmbio de experiências e cooperação entre todos os filiados, visando a criar a necessária colaboração mútua em suas ações, com espírito de comunhão, solidariedade e partilha na construção do Reino;

- 09 >> Ser presença e estímulo na caminhada ecumênica e no diálogo inter-religioso;
- 10 > Concretizar e aprofundar os laços de solidariedade entre os cristãos leigos e leigas, buscando facilitar o relacionamento, o conhecimento e a confiança recíprocos, o intercâmbio de opiniões e experiências, a superação das divergências, a aceitação e integração das diferenças, com vistas ao testemunho de amor, fraternidade e comunhão;
- 11 >> Participar do debate sobre os problemas nacionais e globais, incentivando seus membros a participarem da elaboração, execução e avaliação de leis e políticas públicas que objetivem a promoção social dos setores excluídos da sociedade, em estreita observância das exigências éticas do Evangelho.



PARA REFLETIR:

- 1 Que pontos do texto soam como novidade?
- 2 Qual a importância do CNLB para a articulação do laicato no Brasil?
- 3 Dentre os objetivos do CNLB, quais você destaca? Como concretizá-los na Igreja e na sociedade?

Para saber mais:

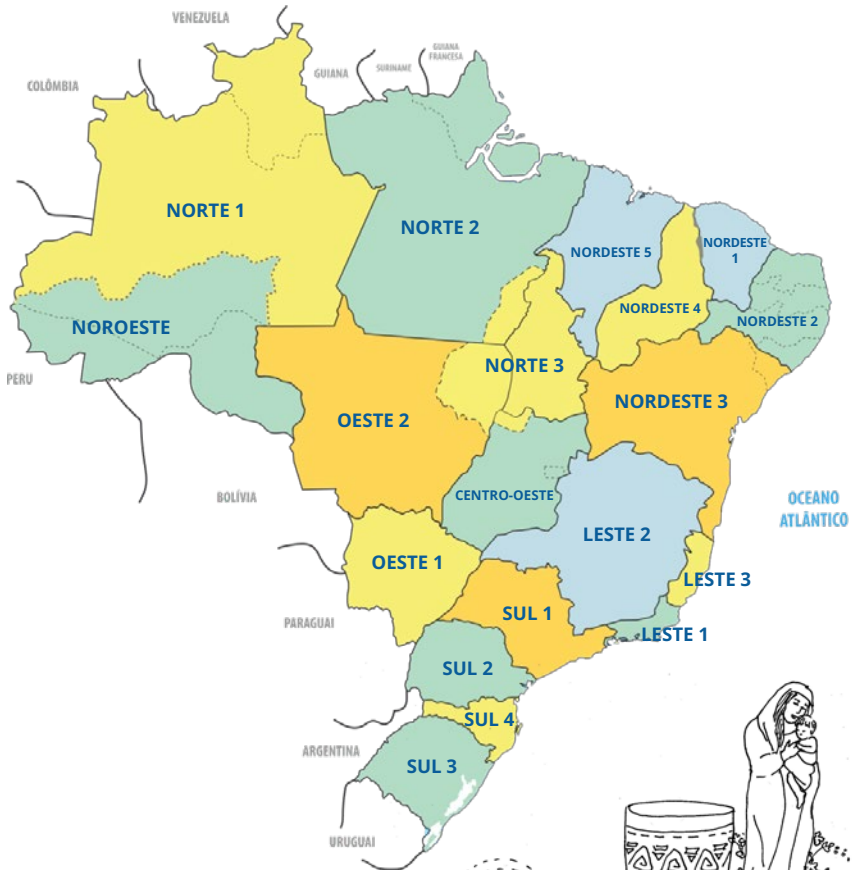
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14).* Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 209 a 224)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida.* Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília, São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007. (Ler números 283, 345, 371, 400, 458, 475, 505 e 508)

CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL. Estatuto e Regimento Interno.

7

A organização do CNLB



“Além de ser um organismo de comunhão, o CNLB tem por objetivo criar e apoiar mecanismos de formação e capacitação que ajudem o laicato a descobrir sua identidade, vocação, espiritualidade e missão, com vistas à construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino de Deus” (CNBB, Doc. 105, n. 213).

O horizonte de atuação do Organismo é uma Igreja sinodal, a construção da Civilização do Amor, a transformação das realidades temporais, e essa missão depende de uma organização forte do laicato.

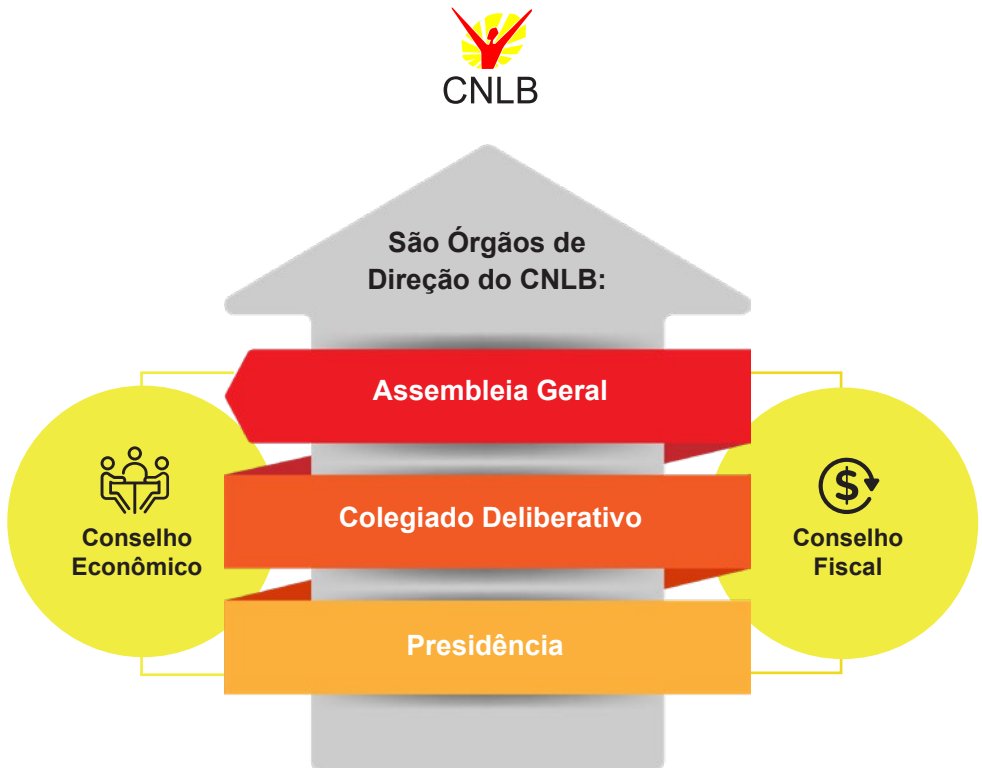
Dimensão sinodal da organização do CNLB

A teologia do Corpo Eclesial é recorrente nos escritos de Paulo (1Cor 10,17; 12,12-25; Ef 4,12.16; 5,23; Cl 1,8; 2,19; 3,15). As cartas paulinas nos ajudam a perceber que os membros da Igreja, com suas vocações, serviços e ministérios específicos, sempre convergem para ser o Corpo místico de Cristo. Somos Igreja como sujeitos eclesiais leigos, condição dada pelo batismo e confirmada em nossa vocação e missão. A Conferência de Aparecida evidencia esse recorte: “Reconhecemos o valor e a eficácia dos Conselhos paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais de fiéis leigos, porque incentivam a comunhão e a participação na Igreja e sua presença ativa no mundo” (DAp, n. 215).

Os bispos do Brasil, por sua vez, reforçam que “é desejável que em sua missão os cristãos leigos, superando eventuais divisões e preconceitos, busquem valorizar suas diversas formas de organização, em especial os Conselhos de Leigos” (CNBB 62, n. 191). Da diversidade de expressões laicais, dom do Espírito à Igreja de Jesus, nasce a necessária comunhão que manifesta a sinodalidade como dimensão constitutiva da própria Igreja.

Estrutura, Órgãos de Direção e Assessoria do CNLB

O CNLB, ao longo da história, seguiu a mesma organização da Igreja no Brasil e foi se estruturando em conselhos regionais, conselhos diocesanos e núcleos locais. Em cada uma dessas instâncias, se juntam ainda as Organizações Filiadas, que são pastorais, movimentos, associações laicais e serviços eclesiais motivados pelo reconhecimento de que, “na evangelização do mundo de hoje, há questões às quais só os cristãos leigos organizados oficialmente podem dar respostas como Igreja inserida no mundo” (CNBB 105, n. 211).



I – Assembleia Geral: órgão máximo de direção do CNLB, caracteriza-se por seu caráter formativo e deliberativo e como espaço de avaliação e planejamento do Organismo.

II – Colegiado Deliberativo: acompanha os programas e projetos do Organismo elaborados pela Presidência, conforme planos e metas aprovados pela Assembleia Geral e diretrizes e prioridades determinadas nos Encontros Nacionais.

III – Presidência: preside as atividades do CNLB e o representa publicamente junto à comunidade religiosa e à sociedade civil.

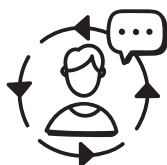
IV – Conselho Fiscal: acompanha, orienta, examina e fiscaliza a situação financeira do CNLB.

V – Conselho Econômico: elabora planos e traça as diretrizes financeiras do Organismo.

Estes Órgãos de Direção trabalham conjuntamente com os Órgãos de Assessoria, chamados de Comissões Nacionais, que têm como objetivo ajudar na dinamização da ação do Organismo. Atualmente, são 5 Comissões organizadas em nível nacional: Comissão Nacional de Formação (CNF), Comissão Nacional de Fé e Política (CNFP), Comissão Nacional de Juventude (CNJ), Comissão Nacional de Comunicação (CNC) e Comissão de Assessoria Permanente (CAP). Cada uma tem suas atribuições bem definidas no Regimento Interno do CNLB. Alguns regionais e dioceses adotam a mesma estrutura da instância nacional, enquanto outros se organizam conforme as realidades locais.

Nos últimos anos, novos mecanismos de participação e dinamização estão sendo testados em nível nacional, buscando maior organização em rede e contribuição de diversas lideranças e organizações filiadas.

São exemplos desses mecanismos os Grupos de Trabalhos constituídos para demandas específicas, como o Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, Mês das Vocações, Agenda Formativa do CNLB e Jubileu do CNLB. O CNLB também delega pessoas para contribuir com grupos e iniciativas da Igreja do Brasil e de organizações da sociedade civil.



PARA REFLETIR:

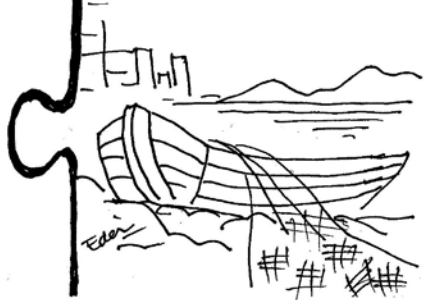
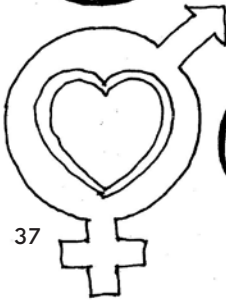
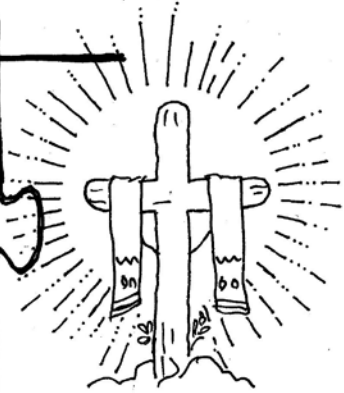
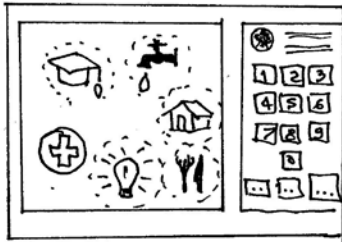
- ① O que queremos destacar deste texto?
- ② Em que consiste a dimensão sinodal da organização do CNLB?
- ③ As estruturas de Direção e Assessoria favorecem a missão do CNLB? Como?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas.* Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 1999 (2007). (Ler números 186 a 193)

CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL. Estatuto e Regimento Interno.

CNLB: Espaço de formação dos cristãos leigos e leigas



Não há laicato como uma realidade pronta e acabada: os cristãos leigos e leigas se descobrem e se tornam sujeitos a partir dos processos formativos e da participação na Igreja e na sociedade. Por isso, a formação específica é fundamental para que os cristãos leigos e leigas descubram e assumam sua identidade, vocação, espiritualidade e missão. Os sujeitos eclesiais se formam num processo que integra a vida em comunidade, as atividades de formação, o cultivo da espiritualidade, a convivência com outros cristãos leigos, o engajamento em espaços de missão, a sensibilidade aos pobres, o conhecimento de outras realidades, o comprometimento com as questões sociais.

O centro é o seguimento de Jesus: “Conhecer Jesus Cristo é condição para segui-lo com coerência e fidelidade. Sem esse conhecimento, o cristão corre o risco de projetar em Jesus Cristo imagens, ideias e atitudes que não são condizentes com sua pessoa nem fiéis ao seu projeto” (*Parâmetros básicos para a formação do laicato*, 2021, p. 16).

A dimensão formativa constitui, desta forma, um dos pilares do CNLB. Desde sua fundação, o organismo busca contribuir de forma significativa para a formação do laicato em suas diversas expressões, por meio de subsídios, encontros e cursos, reuniões e assembleias, entre outras atividades.

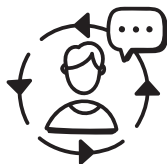
É importante que a formação seja integral e processual, respeite as etapas e vivências de cada pessoa, desenvolva as várias dimensões e aprofunde seus temas específicos e transversais:

- **Humana:** valores, autoconhecimento, autoestima, afetividade e sexualidade, relações interpessoais, histórico familiar, Projeto de Vida;
- **Sociopolítica:** conjuntura social, econômica e política, cidadania, Direitos Humanos, democracia, sustentabilidade socioambiental, fé e política;

- **Bíblica:** Jesus Cristo, Maria, Evangelhos, espiritualidade, Reino de Deus, História da Salvação, profetas, Salmos, primeiras comunidades cristãs;
- **Eclesial:** Igreja Povo de Deus, documentos da CNBB e da Santa Sé, Ensino Social da Igreja, Concílio Vaticano II, História da Igreja;
- **Mística:** vocação, discipulado, espiritualidade do seguimento de Jesus, Deus Pai/Mãe, relação fé e vida, Teologia da Encarnação, ecologia integral;
- **Metodológica:** condução de reuniões, organização de atividades, produção de subsídios, planejamento, articulação, dinâmica grupal, acompanhamento.

Essas dimensões e temas não são lineares, mas perpassam o processo formativo dos cristãos leigos e leigas e se integram nas diversas vivências e atividades. Fazem parte deste processo tanto as atividades propriamente formativas, como cursos e encontros, quanto mobilizações, campanhas, luta por direitos, defesa da vida. A formação laical acontece como um mosaico: as peças vão se encaixando para formar o sujeito como um todo.

E isso é um desafio. “Com as mudanças históricas e as diversas ciências, a formação exigirá uma aproximação e um contato sempre renovado com os textos oficiais das Escrituras e do Magistério. Nessa busca de aprofundamento, os cristãos leigos e leigas adquirem maiores e melhores condições para exercerem a missão como autênticos sujeitos eclesiais, aptos a atuarem na Igreja e na sociedade” (*Parâmetros básicos para a formação do laicato*, 2021, p. 51).



PARA REFLETIR:

- 1 Que pontos queremos destacar sobre a formação dos cristãos leigos e leigas?
- 2 Quais espaços e atividades de formação laical temos em nossa diocese / comunidade?
- 3 Quais demandas de formação laical percebemos em nossa realidade?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14).* Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 225 a 240)

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA O LAICATO. *Parâmetros básicos para a formação do laicato. A formação como exigência humana, cristã, espiritual, do Reino.* Coleção Sal e Luz, vol. 4. Brasília: Edições CNBB, 2021.

CNLB: Espaço de articulação de pessoas e organizações



Ninguém é Igreja sozinho. Por isso, o CNLB não é mais uma pastoral ou movimento, mas um espaço onde lideranças, grupos, pastorais, movimentos e coletivos diversos se encontram, se articulam e se fortalecem. Essa articulação é importante para a autonomia e o protagonismo laical nos âmbitos eclesiais e nas realidades sociais. A defesa da vida e o outro mundo possível demandam o esforço de muita gente, e o CNLB tem a capacidade de agrupar pessoas, organizações e redes para somar forças e agir coletivamente em prol de causas diversas.

Por isso, assumimos estas causas como nossas bandeiras de luta:



Opção pelos pobres, excluídos e marginalizados, os preferidos de Deus em sua ação libertadora, conforme o anúncio da missão de Jesus (Lc 4, 14-21). Buscamos ser presença profética e transformadora nas periferias geográficas e existenciais, nas lutas pelos direitos, na organização popular e na geração de trabalho e renda;



Defesa da vida e dos Direitos Humanos, atuando em conjunto com Conselhos de Direitos, órgãos públicos, redes de proteção, universidades, instâncias de incidência política e controle social, outros Organismos do Povo de Deus e organizações parceiras;



Democracia participativa como forma de governo e organização política, uma conquista histórica que se efetiva na mobilização popular e na ação dos diversos atores políticos. Reforçamos o papel dos cristãos leigos e leigas na atenção aos pobres, nas políticas públicas e na construção de um país justo, igualitário, democrático, inclusivo e respeitoso da diversidade;



Igreja Povo de Deus, sinodal, de comunhão e participação, missionária e em saída para as periferias, comprometida com os pobres e as realidades contemporâneas. Discípulos e discipulas missionárias de Jesus, somos a favor da vida em todas as suas formas, especialmente onde está mais ameaçada;



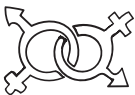
A vida das mulheres e seu protagonismo na Igreja e na sociedade, contra o feminicídio, a discriminação, a violência de gênero e as desigualdades sociais. Valorizamos a diversidade do feminino, sua sensibilidade e forma de ser e cuidar da vida. Acreditamos no protagonismo das mulheres e na necessidade de reforçar a liderança feminina na Igreja e na sociedade;



Negritude e igualdade racial, valorizando a ancestralidade e a sabedoria dos povos africanos trazidos para o Brasil e seu lugar na construção da identidade nacional. Reconhecemos o histórico de racismo estrutural e a violência, discriminação e exclusão social contra a população preta; somamos forças na defesa das vidas negras, na luta pela igualdade e na valorização da cultura afro-brasileira;



As causas das juventudes, sacramento do Novo e do Divino que as habita. Valorizamos a forma como adolescentes e jovens fazem experiência de Deus e indicam ao mundo novas inter-relações, linguagens, sentidos e caminhos de evangelização, vida comunitária, participação, organização, cidadania e protagonismo na Igreja e na sociedade;



Acolhida à diversidade das populações LGBTQIA+, sua luta por direitos, formas de se relacionar com Deus e desejo de fazer parte da comunidade eclesial.

Repudiamos toda forma de preconceito, discriminação e violência e acreditamos, como o Papa Francisco, que “Deus nos ama como somos e pela forma como cada um de nós luta pela nossa dignidade”;



Luta pela vida dos povos e comunidades tradicionais, seus territórios e culturas, memória histórica e vida presente, saberes e formas de relação com a Mãe Terra, a água e o Sagrado. Acreditamos na sabedoria ancestral que conecta ser humano, sociedade e planeta: “Tudo está interligado”;

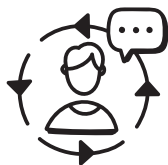


O Bem Viver e a Ecologia Integral como referência para o desenvolvimento econômico, a participação política e a organização da sociedade. É parte da missão cristã denunciar e combater a cultura de morte, o desenvolvimento predatório e a devastação ambiental, bem como defender a vida, dividir os bens e tornar realidade a economia de Clara e Francisco.

Além da organização do próprio Conselho, várias iniciativas fortalecem a articulação entre as expressões laicais: Campanha da Fraternidade, Semana Social Brasileira, Grito dos Excluídos e Excluídas, Dia dos Pobres, Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, Romarias, Assembleias, Encontros Nacionais e outros. Lutas e iniciativas locais também agrupam lideranças de vários espaços. Estas atividades nos ajudam a criar laços, fortalecer parcerias e consolidar a atuação em rede.

O mais importante é saber que não estamos sozinhos e que podemos contar uns com os outros para partilhar alegrias e angústias, dividir sonhos e esperanças, somar desejos e projetos. O contato, a convivência e a ação conjunta com outros cristãos leigos e leigas, em sua

diversidade de expressões, nos inspiram a agir no chão onde pisamos. O CNLB nos ajuda a perceber que estamos interligados, pois somos comunidade Povo de Deus. Assim, alimentamos nossa fé no Cristo vivo, fortalecemos o protagonismo laical e nos colocamos no caminho de sinodalidade da Igreja.



PARA REFLETIR:

- ① Que pontos chamaram nossa atenção, no texto?
- ② Quais pastorais, movimentos e organizações fazem parte do CNLB ou Equipe de articulação da nossa diocese?
- ③ Como o CNLB pode contribuir na organização, formação e missão dos cristãos leigos e leigas, em seus diferentes grupos e organizações?

Para saber mais:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14).* Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo, Paulinas, 2016. (Ler números 201 a 208)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas.* Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 1999 (2007). (Ler números 87 a 93)

10

Anexo 1: História do CNLB

Nas primeiras décadas do século XX, havia organizações laicais no Brasil, como as Irmandades, Confrarias e Associações, algumas delas criadas nos séculos anteriores, atuando numa dimensão mais espiritual e/ou de assistência. Dentro do modelo de Igreja vigente, os Bispos criaram a Confederação das Associações Católicas, para articular as várias formas organizativas existentes.

Em 1935, foi oficializada a Ação Católica Geral. Articulada em âmbito nacional, teve presença significativa na realidade eclesial e social naquele período. A abrangência da Ação Católica a tornava uma organização representativa do laicato do Brasil. Com o golpe militar, em 1964, houve perseguições, desaparecimentos e mesmo mortes de militantes da Ação Católica. Enfrentando dificuldades inclusive com segmentos conservadores da própria instituição eclesial, a Ação Católica se diluiu até ser extinta como tal. Posteriormente, algumas frentes se recompuseram com outros nomes, mas o fato é que já não havia a abrangência necessária para representar o laicato em âmbito nacional.

A realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 a 1965) “retomou a teologia da Igreja como comunhão na diversidade, povo santo de Deus, peregrino e evangelizador, corpo de Cristo presente e atuante na história dos seres humanos, templo do Espírito Santo” (Cf. CNBB 105, n. 92). A partir daí, nossos Bispos decidiram propor que as Diretrizes e Planos Pastorais fossem elaborados com a participação de representantes de todas as vocações e ministérios, ou seja, dos cristãos bispos, presbíteros, religiosos e religiosas e cristãos leigos e leigas. Ainda não havia

sido restaurado o diaconato permanente. Esta proposta não foi aprovada pelo Vaticano, que insistiu que Diretrizes e Planos eram competência do episcopado. Claro que os Bispos obedeceram, mas aos poucos a CNBB foi criando, apoiando e reconhecendo os Organismos representativos das várias vocações e ministérios, em um processo participativo envolvendo os demais Organismos.

A Igreja no Brasil já contava com o Organismo que reunia os Bispos em sua colegialidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, fundada em 1952, e com o Organismo de representação e articulação dos Religiosos e Religiosas, a Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB, fundada em 1954. Depois, foram criadas a Comissão Nacional do Clero – CNC, que, após a restauração do Diaconato Permanente, tornou-se Comissão Nacional de Presbíteros – CNP; e a Comissão Nacional de Diáconos – CND, em 1981, após um tempo de consolidação. Em 1971, foi criada a Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB.

Para completar a organização dos membros do Corpo Místico de Cristo, faltava o organismo que representasse os cristãos leigos e leigas, imensa maioria do Povo de Deus. Assim, na XI Assembleia Geral da CNBB, em 1970, que teve como tema os “Leigos”, os bispos votaram vários encaminhamentos. Entre as questões, estava a seguinte: “Aceita que o Secretariado Nacional do Apostolado Leigo – SNALE, comece já a preparar o funcionamento de um futuro organismo de leigos?”. A maioria manifestou-se favoravelmente, com a seguinte votação: 147 sim, 23 sim com reservas e 3 não (CNBB 1970, p. 23-26). O SNALE deu andamento à proposta aprovada organizando três Encontros Nacionais com dirigentes dos Movimentos e Expressões Laicais existentes na época, em 1972, 1973 e 1974, em que elaboraram um projeto de criação de um organismo dos cristãos leigos e leigas no Brasil.

Em novembro de 1975, foi realizada uma Assembleia para a constituição do CNL – Conselho Nacional de Leigos e foi votado um Estatuto experimental. A segunda Assembleia Geral, realizada em julho de 1976, na Casa da Legião de Maria, em Jacarepaguá/RJ, ratificou as deliberações e introduziu algumas modificações no Estatuto experimental e, assim, o CNL ficou definitivamente criado (Cf. 1º Informativo do CNL, 1976).

O contexto da época indicava a necessidade de um “laicato cristão maduro”, consciente de sua vocação e disposto a uma ação evangelizadora nos diversos espaços da Igreja e do mundo. O Decreto Conciliar *Ad Gentes* (n. 21) foi motivador: “A Igreja não está verdadeiramente formada, nem vive plenamente, nem é representação perfeita de Cristo entre as pessoas enquanto não exista e trabalhe com a hierarquia um laicato propriamente dito”. Nesse processo, os cristãos leigos e leigas foram reconhecendo a necessidade de se organizarem a partir de sua identidade, vocação, espiritualidade e missão.

Segundo Dom Marcelo Carvalheira, bispo referencial para o Laicato, “sem essa organização em conselhos próprios, fundamentados no mistério da Igreja comunhão e missão e, conseqüentemente, na teologia dos ministérios, parece-nos impossível enfrentar, hoje, no mundo atual com toda a sua complexidade, o desafio da nova evangelização. Daí ser necessário que não só participem de conselhos mais diversificados e, em si, mais significativos da comunhão eclesial, como os conselhos pastorais, paroquiais ou diocesanos, nos quais se acham também sacerdotes e religiosos (ChL, n. 25-27), mas também, de modo mais específico e com a autonomia que lhes cabe, é preciso que se organizem em conselhos especiais de leigos, nos vários níveis diocesanos, regionais e nacional. Há problemas na evangelização do mundo hoje a que só os cristãos leigos articulados e até organizados oficialmente podem dar resposta, também como Igreja inserida no mundo. Serão organizações análogas aos de outros grupos organizados em conferências, conselhos e comissões” (1989, p.1580-1587).

A partir da década de 1980, o CNL visita os Regionais da CNBB, contemplando não apenas os movimentos eclesiais, mas também as pastorais, CEBs e outras instâncias para organizar o laicato nas bases. Aos poucos vão surgindo e se consolidando os Conselhos Regionais de Leigos – CRL, que articulam os Conselhos Diocesanos de Leigos – CDL e, assim, o CNL passa a ter expressão a partir das bases. Em agosto de 1987, o 1º Encontro Nacional reuniu 500 leigos e leigas de todo o Brasil na casa dos Focolares, Mariápolis Ginetta, em Cotia/SP, para contribuir com o Sínodo Mundial dos Bispos, que seria sobre os Leigos. As resoluções tiradas foram encaminhadas ao Vaticano por Dom Luciano Mendes de Almeida, então presidente da CNBB.

Em 1989 foi criada a Comissão de Formação, para atuar a serviço da organização do laicato e também articular as experiências existentes nas dioceses e nos regionais. Em seguida, um novo passo foi dado com a formação das Comissões Regionais de Formação.

Na sua X Assembleia, em 1991, o CNL seguiu a tradição da Ação Católica e aprovou a comemoração do Dia do Leigo na Solenidade de Cristo Rei, a cada ano, como momento propício para aprofundamento da identidade, vocação, espiritualidade e missão laicais. São realizados o 2º e o 3º Encontros Nacionais e, em 1997, é revisto o Estatuto do CNL, que passa a se chamar Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil. Em 2004, uma nova revisão estatutária traz várias atualizações, inclusive a nova denominação: Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB. A CNBB homologou esse Estatuto em 2004, que continua vigorando até hoje.

Em junho de 1999, a Assembleia realizada em Belo Horizonte/MG propôs um encaminhamento para que o Conselho passasse a ser uma Conferência. Nesse processo para ser “Conferência – Organismo”, foi realizada a 1ª “Conferência-Evento” dos Cristãos Leigos e Leigas, em Fortaleza/CE, em novembro de 2001. Este evento foi precedido por conferências diocesanas e regionais apoiadas em documento de estudo próprio. O regimento, em seu Artigo 2º, definiu como seria o processo de construção da Conferência: “Ser amplo processo de discussão sobre a identidade, vocação, missão, organização e representatividade dos leigos e leigas católicos do Brasil, na Igreja e na sociedade; promover uma profunda análise da realidade brasileira, sob a ótica da Palavra Encarnada, à luz do Magistério da Igreja, com os subsídios das Ciências Humanas; elaborar Diretrizes da Ação dos leigos e leigas católicos do Brasil; estabelecer diretrizes e condições para a organização dos leigos e leigas católicos do Brasil como Conferência-Organismo”.

Porém, o Pontifício Conselho para os Leigos, em Roma, não aprovou a criação da Conferência para o Laicato do Brasil, justificando que seria um organismo paralelo à CNBB. Foi um equívoco de entendimento, porque a Conferência pretendia ser um organismo constituído a pleno título como sujeito, para favorecer a autonomia laical e, assim, somar-se mais eficazmente à comunhão eclesial. Sabe-se que a comunhão

acontece entre sujeitos eclesiais, sem relação de submissão, mas de sinodalidade.

O CNLB prossegue como Conselho Nacional do Laicato do Brasil, consolidando-se em meio a dificuldades e desafios: o autoritarismo da ditadura militar, no início da organização laical; a repressão aos cristãos leigos mais engajados no campo social; a censura que dificultava as convocações para reuniões e assembleias e o envio dos boletins informativos; as divergências internas, de caráter político e ideológico; a falta de recursos financeiros; a resistência de setores conservadores da Igreja.

Alguns desses desafios permanecem ainda hoje, que podem ser melhorados com a consciência dos cristãos leigos e leigas sobre a necessidade desse Organismo, o apoio de setores do clero, a busca de recursos financeiros e a articulação a partir das bases.

Apesar das dificuldades e desafios, o CNLB tem sido fiel ao seu sonho primeiro: articular o laicato em vista da missão que lhe é própria, representando os cristãos leigos e leigas no trabalho conjunto com a CNBB e os demais Organismos do Povo de Deus. Ressalta-se a formação que sempre propiciou aos seus membros, a representatividade junto à CNBB e aos demais Organismos, tendo assento e voz nas reuniões do Conselho Episcopal de Pastoral, do Conselho Permanente e nas Assembleias Gerais da CNBB, nas Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus e o trabalho conjunto em projetos e atividades.

Destaca-se também o ensejo de estar presente nas realidades da Igreja e da sociedade, proporcionando para isso encontros, assembleias, fóruns, seminários, textos, debates, manifestações, participações em documentos eclesiais, *lives*, sempre na perspectiva de fundamentar a vivência do cristão leigo/leiga como “sujeito eclesial e social”.

Dos simples boletins e informativos até as revistas e cartilhas, agenda formativa, site, redes sociais e outras, o CNLB vem adquirindo visibilidade como expressão nacional, concretizando o sonho nascido há 50 anos de ser instrumento de profecia e de esperança nessa realidade em crise, buscando “revelar e expandir o Reino de Deus na história”.

Em tempos de processo sinodal, em que se discute a “sinodalidade na e da Igreja”, o CNLB traz de volta a ideia de ser uma Conferência e assim iniciar um novo ciclo de sua preciosa existência. Esse passo é resultado de um processo de amadurecimento e fortalecimento da sua própria identidade e missão. Caminhando com as belezas e desafios de cada tempo, com postura profética e servidora, o CNLB chega ao seu jubileu dos 50 anos como expressão nacional para a Igreja e para a sociedade. Para isso, buscar abrir caminhos, criar atalhos, desviar de pedras e continuar forte, porque criou raiz; capaz, porque tem um laicato maduro e comprometido; ousado, porque não desistiu diante dos desafios; e profético, porque se revela sonho de Deus para o Reino.

11

Anexo 2: Carta de princípios do CNLB

Nós, cristãos leigos e leigas do Brasil, articulados no CNLB, assumimos os seguintes princípios:

1 **Empenhar-mos** para que nossa Igreja viva a Comunhão e Participação, na diversidade de Ministérios e Carismas, verdadeiro Povo de Deus, onde haja corresponsabilidade de forma orgânica, e seja o sinal vivo do Reino de Deus.

2 **Assumir** uma ação profético-missionária, num processo de conversão permanente da Igreja ao Evangelho “para que o mundo creia” e ela seja sinal e instrumento de transformação da sociedade.

3 **Aprofundar** e difundir uma espiritualidade encarnada nas várias realidades, vivenciada na comunhão, inspirada no testemunho das bem-aventuranças, que se expressa especialmente na evangélica opção preferencial pelos oprimidos, assumida e proclamada pela Igreja da América Latina.

4 **Mobilizar** processos de formação do laicato e subsidiar os dos organismos filiados, desenvolvendo uma consciência crítica, para que nossa ação seja mais eficaz no mundo e coerente com o nosso batismo.

5 **Valorizar** as diferentes culturas e exigências do Reino de Deus.

6 **Incentivar** o laicato a participar nas mais variadas formas associativas e espaços públicos, tais como partidos políticos, sindicatos, associações, conselhos, movimentos sociais e populares e outras organizações que combatam a injustiça e a opressão, em favor da vida e da esperança, no compromisso da construção da sociedade justa, fraterna e solidária.

7 **Assumir** uma atitude de abertura ecumênica e de diálogo inter-religioso, comprometendo-nos também em programas comuns, na construção da justiça e na defesa da vida.

8 **Valorizar** o potencial evangelizador dos pobres e excluídos.

9 **Incentivar** o espírito comunitário, valorizando a pessoa em todas as suas dimensões, criando um espaço eclesial próprio para o diálogo entre os leigos, na pluralidade dos carismas e experiências.

10 **Estimular** e subsidiar a nossa participação permanente nos processos de planejamento, decisão e avaliação da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, nos âmbitos nacional, regional e diocesano.

12

Anexo 3: Estratégias de como organizar o CNLB

Há muitas possibilidades para iniciar a estruturação do CNLB local. Apresentamos aqui um processo com 3 passos fundamentais, que podem ser adaptados conforme a realidade local.

O CNLB é um Organismo de Comunhão eclesial, então é importante fazer esse processo mantendo o diálogo constante com os outros sujeitos eclesiais da Igreja local: presbíteros, diáconos, vida religiosa consagrada, Institutos Seculares e, principalmente, com o bispo diocesano, “sinal visível e artífice da comunhão eclesial” (CNBB 105, n. 221).

1 **AGRUPAR:** O primeiro passo é juntar um grupo de cristãos leigos e leigas para iniciar o trabalho como equipe de articulação. Convidem representantes das pastorais, movimentos e expressões laicais. Lembrem-se também daqueles que atuam com compromisso cristão na sociedade: professores, comerciantes, profissionais liberais... Quanto mais plural o grupo, mais eficazmente o CNLB conseguirá atingir seus objetivos.

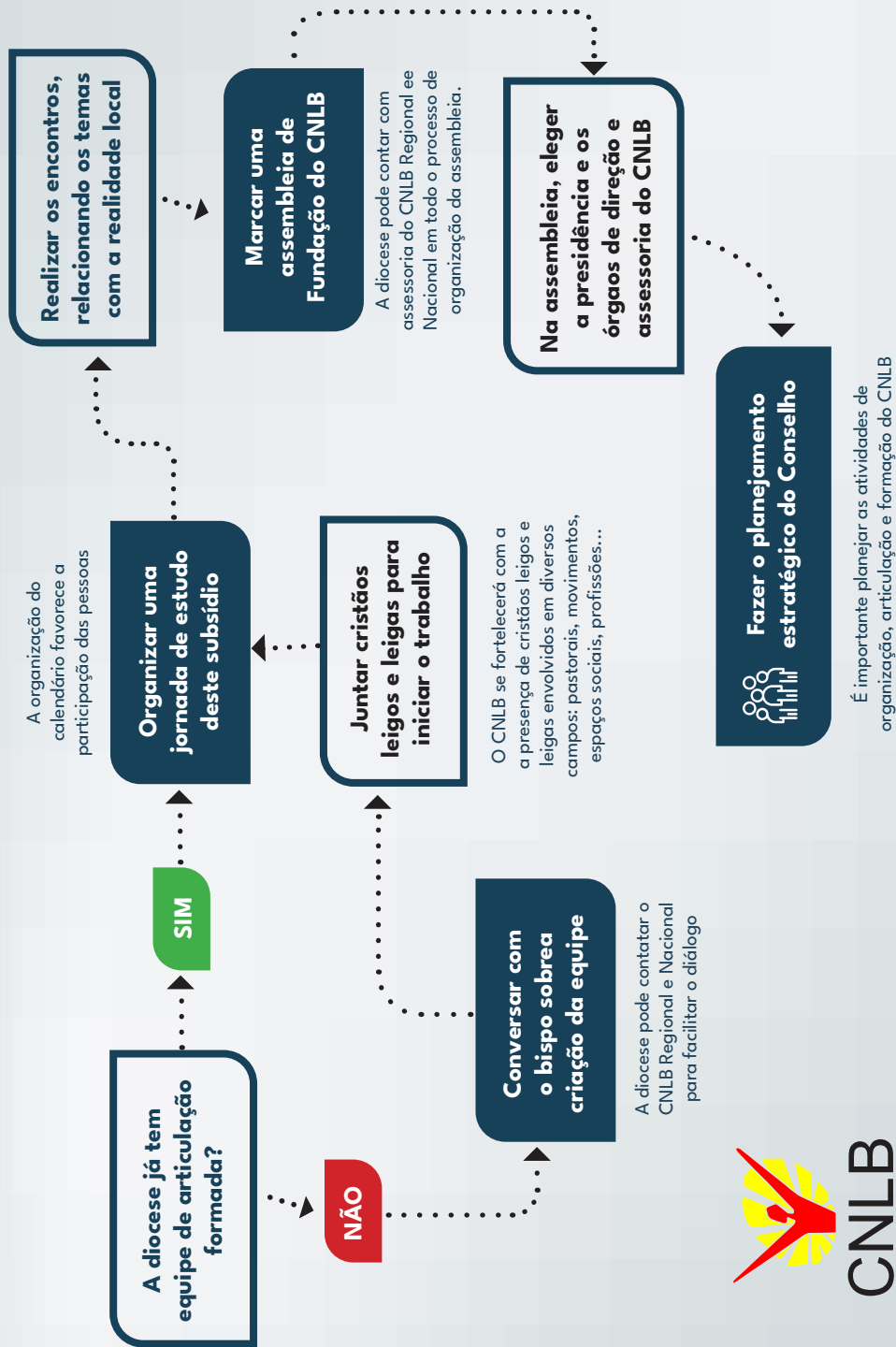
2

ESTUDAR: Já com um grupo inicial formado, realizar uma jornada formativa deste subsídio, que nos ajuda a conhecer mais o laicato e sua identidade a partir dos documentos da Igreja, como o Documento 105 da CNBB: *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Este Documento é a chave para se iniciar a caminhada do CNLB local, pois apresenta os fundamentos da identidade, vocação, espiritualidade e missão do laicato. Outros documentos também merecem ser estudados nesta etapa formativa, pois é aqui que se firmará a identidade do conselho nascente.

3

ORGANIZAR: Após o período de estudos e reflexão, quando o grupo se sentir maduro para tal, podem marcar uma Assembleia de Fundação, onde é eleita uma Presidência e os órgãos de direção e assessoria do CNLB nascente, tendo por base a instância nacional.

Ao se decidir pela articulação do CNLB local, a diocese deve fazer contato com a instância Regional e Nacional, que podem ajudar neste processo com subsídios e assessoria, além de facilitar o diálogo com a hierarquia.



13

Anexo 4: Perguntas frequentes

Por que organizar um Conselho de Leigos se já temos um Conselho de Pastoral na diocese?

É diferente! O Conselho de Pastoral não reúne somente os cristãos leigos e leigas, mas todos os outros segmentos da Igreja para planejar e executar as atividades pastorais da Diocese. Já no Conselho de Leigos participam os cristãos leigos e leigas que procuram articular e organizar a ação do laicato no cumprimento da sua vocação e missão na Igreja, mas, sobretudo com a sua presença evangelizadora na sociedade.

Por que criar o CNLB?

Pela necessidade de organizar a atuação do laicato de forma mais eficaz e efetiva. Unindo forças das diversas expressões laicais, bem como dos cristãos leigos e leigas das mais diversas atuações, para cumprir sua missão.

Quem faz parte do CNLB?

Todos os cristãos leigos e leigas, sejam representantes dos movimentos, pastorais, serviços e associações, aqueles que estão nas comunidades eclesiais sem participarem de organizações e também os que se encontram atuando na sociedade.

Podemos chamar o CNLB de Equipe de leigos, movimento de leigos ou pastoral dos leigos?

Não, o Conselho não é uma pastoral, movimento ou equipe. O CNLB é um Organismo de Comunhão que possui as dimensões de articular, organizar e representar o laicato para pensar aquilo que lhes é comum: a vocação enquanto cristão leigo e leiga.

O que faz o CNLB?

O CNLB, sendo espaço privilegiado de reflexão e formação da missão específica do laicato, busca articular os cristãos leigos e leigas para agir no tecido social num profundo empenho de unir fé e vida, fermentar a realidade humana a partir da Palavra de Deus e do Ensino Social da Igreja.

Quais são os principais documentos da Igreja que falam da importância do Conselho de Leigos?

- Os documentos do Concílio Vaticano II trazem as primeiras reflexões e propostas sobre a identidade, vocação e missão dos leigos. Destaque para a exortação apostólica *Lumen Gentium* – LG, *Gaudium et Spes* – GS e *Apostolicam Actuositatem* – AA.
- O decreto *Apostolicam Actuositatem* é documento-chave para entender as diferentes formas de organização dos leigos.
- A Conferência do Episcopado da América Latina em **Medellín** (1968), recepcionando o Concílio Vaticano II, abordou a temática do laicato e sua organização; destaque para o Documento “Movimentos de Leigos”.
- A Conferência de **Puebla** (1979) tratou da organização do laicato ressaltando a necessidade da integração e “de órgãos de animação e coordenação”.

- Na Conferência de **Santo Domingo** (1992), o episcopado latino-americano falou explicitamente sobre os Conselhos de Leigos.
- O documento da Conferência de **Aparecida** (2007) reconheceu o valor dos “Conselhos Paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais de fiéis leigos”.
- O **Código de Direito Canônico**, outorgado pelo Papa João Paulo II em 1983, abordou também a realidade laical, falando claramente sobre o direito de organização dos leigos.
- Em dezembro de 1988, o Papa João Paulo II publicou sua Exortação Apostólica *Christifideles Laici* como resultado do Sínodo de 1987 sobre a vocação e missão dos fiéis leigos e reconheceu o direito de organização dos fiéis leigos na Igreja.
- Fundamentos Eclesiológicos da Organização dos cristãos leigos – Dom Marcelo Carvalheira.
- Uma Conferência Nacional de Cristãos Leigos – Dom Aloísio Lorscheider.
- Da CNBB, entre os vários documentos, citamos o Documento 62 – Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas e o Documento 105 – Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade.
- Do Papa Francisco, entre outros, “O indispensável compromisso dos leigos na vida pública dos países latino-americanos”, 2016.

Anexo 5: Organismos do Povo de Deus da Igreja do Brasil



15

Anexo 6: Organizações filiadas ao CNLB

- Associação do Divino Salvador
- CVX – Comunidade de Vida Cristã
- Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil
- Encontro Matrimonial Mundial
- Equipes Docentes do Brasil
- Instituição Teresiana
- Juventude Franciscana – Jufra
- Legião de Maria
- Movimento Cursilhos de Cristandade
- Movimento Familiar Cristão
- Movimento Fé e Luz
- Movimento Focolares
- Obra Kolping do Brasil
- Ordem Franciscana Secular
- Ordem dos Carmelitas Descalços Seculares
- Orientação Vivencial Sacramental – OVISA
- Pastoral da Criança
- Renovação Carismática Católica – RCC
- Renovação Cristã do Brasil – MIAMSI
- Movimento da Boa Nova – MOBON
- Maristas de Champagnat
- Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

